PREFEITO — CASSAÇÃO DE MANDATO PELA CÂMARA DE VEREADORES

— Anulado pela justiça o afastamento do Prefeito, decretado pela Câmara de Vereadores, tem ele direito de receber os vencimentos do cargo, correspondentes ao impedimento.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

**Nº 238 948 (Recurso “ex officio”) — Araraquara — Recorrente: Juízo de Direito — Apelantes: Arthur Urbano e Município de Rincão —
Apelados: Os mesmos.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível nº 238 948, da comarca de Araraquara, em que é recorrente o Juízo “ex officio”, sendo apelantes e reci-

procamente apelados Arthur Urbano e o Município de Rincão: Acordam, em 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

O autor foi empossado no cargo de Prefeito do Município de Rincão no dia 28.3.1969, e deveria exercer seu mandato até 31.1.1973. Teve, porém, seu mandato cassado pela Câmara Municipal e, em consequência, foi afastado de suas funções.

Entretanto, por decisão final do STF, obteve mandado de segurança, através do qual foi anulado o processo da cassação de seu mandato.

Agora, volta ele às portas do Judiciário, através da presente ação ordinária, para cobrar, com correção monetária, a quantia correspondente aos subsídios e às verbas de representação do tempo em que esteve ilegalmente privado de exercer o cargo.

A sentença julgou procedente em parte a ação, acolhendo o pedido referente aos subsídios, excluindo porém a verba de representação e a correção monetária. Em consequência, o Magistrado determinou o rateio proporcional das custas e impôs recíproca condenação em honorários.

Só foi interposto o recurso de ofício, sem oferecimento de apelação voluntária por qualquer das partes.

É o relatório.

A sentença deu solução adequada ao caso e merece confirmação.

Se o afastamento do autor foi ilegal, conforme decisão judicial definitiva, emanada da mais alta Corte do País, o autor tem direito aos vencimentos do cargo, correspondentes ao tempo em que injustamente esteve impedido de exercer suas funções.

De outro lado, a ação foi corretamente proposta contra o Município de Rincão e não contra a Câmara Municipal, visto que a importância pleiteada deverá sair dos cofres municipais.

Não há reparo a ser feito na sentença de primeiro grau.

São Paulo, 21 de novembro de 1974 — *Henrique Machado*, Pres. — *Mucedo Bitencourt*, Relator — Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Des. Médici Filho e Flávio Torres.